

Práticas de produção, distribuição e consumo de economias andinas: a experiência dos circuitos econômicos solidários no Equador.

Ivette Tatiana Castilla Carrascal¹

GT 13 – Desenvolvimento territorial

Introdução

Muitos dos recentes avanços nos temas de mercado ganham seu significado a partir de valores morais sedimentados originalmente nas esferas dos movimentos sociais. Valores, normas, crenças, ou *frames*, formam o material cultural para a construção social dos mercados. No entanto, não se sabe muito sobre o papel dos movimentos sociais como fornecedores de cultura material para a estruturação cultural dos mercados, em particular se os valores morais partilhados por esses movimentos tornam-se parte da justificção desses novos mercados. Por isso é que compreender o legado cultural de esferas sociais não econômicas é muito importante, especialmente nas sociedades contemporâneas onde mais e mais mercados se constroem no limite de campos não econômicos, como é o caso dos movimentos sociais (SCHILLER-MERKENS, 2013).

Na construção social, os mercados são definidos no plural (“mercados”) e, por isso, entende-se que existem vários mercados, e não um único como única entidade abstrata. Isso quer dizer que os mercados diferem em variáveis como o tamanho, a estrutura, a extensão, a integração, as dinâmicas, entre outras. Os mercados não são autorregulados, são socialmente construídos, assim como são definidos e moldados de acordo com racionalidades, vontades, poderes, disputas, conhecimento e recursos que atores sociais e grupos têm nos seus processos de interação social (GAZOLLA; PELEGRINI, 2010). O papel dos movimentos sociais na construção social de mercados alimentares locais é particularmente relevante nos países latino-americanos com uma forte cultura indígena e camponesa e onde os circuitos curtos de produção e mercados locais são uma forma de organização alternativa aos longos circuitos e incentivos para o desenvolvimento rural.

Novos movimentos sociais econômicos na América Latina constroem uma nova ação cultural com a reapropriação do mercado, desde seus próprios valores, questionam

¹ Doutora em Ciências Sociais – Universidade de Brasília, UnB. Professora Adjunta na Universidad da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB, Campus dos Malês, Bahia. Email: ivette.carrascal@unilab.edu.br

assimetrias do comércio mundial e buscam construir alternativas e propostas de um comércio alternativo que busque reduzir as desigualdades PORTILHO (2009). Exemplos desses movimentos, segundo Wilkinson (2008), são os movimentos de economia social e solidária, o comércio justo, o *Slow Food* e outros movimentos de consumidores organizados. Eles focam nos problemas de redistribuição, desde propostas de mudança social até demandas pelo reconhecimento. Organizam redes de comercialização alternativas, enfatizam diferentes formas de certificação de produtores e têm criado propostas de circuitos curtos de intercâmbio, como feiras livres e vendas diretas em que os produtos vão do produtor para o consumidor.

Este trabalho surge da necessidade de compartilhar a diversidade de práticas de produção, distribuição e consumo das economias locais indígenas e camponesas da região andina e se desprende da tese de doutorado que teve como objetivo responder à pergunta qual é a relação entre os recursos dos movimentos sociais e a construção social de mercados agroalimentares². O objetivo deste artigo é analisar a organização de circuitos econômicos solidários que acontecem ao interior do Movimento de Economia Social e Solidária do Equador, meSSe³. Esta organizado em quatro partes, a primeira que traz algumas contribuições teóricas sobre circuitos de comércio, na segunda se faz uma aproximação entre os circuitos de comércio e a economia solidária no Equador. Uma terceira parte aprofunda o meSSe e uma quarta parte as canastas, cestas ou circuitos que acontecem ao interior, para finalmente terminar com umas reflexões sobre o tema.

Circuitos de comércio, solidários e de proximidade

Nos circuitos, acontecem as relações de intercâmbio, concorrência e produção. Segundo Weber, Heinze e DeSoucey (2008), o desafio básico da criação de mercados é que os atores desenvolvam estruturas sociais para mediar os problemas que eles encontram no intercâmbio entre produtores e consumidores, na concorrência e na produção. Assim,

2 Ver mais em: CASTILLA CARRASCAL, Ivette Tatiana. *Movimentos sociais na construção social de mercados: uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador*. 2017. 192 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22678>

3 Na Agenda Política do meSSe publicada em 2015, explica-se que meSSe se escreve com minúsculas não porque eles sejam pequenos, mas por modéstia e humildade. e meSSe também se escreve com letras maiúsculas porque a economia social e solidária é grande e está latente na sociedade e na vida das maiorias. Nesse sentido, adotamos o modo de escrita utilizado pelos próprios atores.

pode-se pensar os mercados agroalimentares locais como circuitos onde produtores, consumidores e outros atores aparecem cumprindo algum papel.

Os circuitos desenvolvem suas próprias atividades, relações e têm dinâmicas específicas, dependendo do seu objetivo. Além disso, podem ser curtos ou longos (VAN DER PLOEG, 2008), podem ser circuitos de comércio (ZELIZER, 2011) ou podem também ser chamados de circuitos de proximidade, mercados de proximidade, circuitos curtos de comercialização, entre outros⁴.

Zelizer (2011) apresenta os circuitos de comércio como uma forma de ação coletiva, define-os, caracteriza-os e aprofunda-os na sua forma de organização, dando aos aspectos culturais uma maior importância. Circuitos econômicos são uma forma distinta e generalizada de interação econômica que se repete em toda uma enorme variedade de circunstâncias e, para reconhecê-los, Zelizer (2011) nos apresenta características mostradas abaixo (quadro 1).

Quadro 1 – Características dos Circuitos de Comércio.

Características dos Circuitos de Comércio	
(a)	relações sociais distintivas entre indivíduos específicos;
(b)	compartilham atividades econômicas exercidas por meio de estas relações sociais;
(c)	criação de sistemas comuns de contabilidade para avaliar as trocas econômicas, por exemplo, formas especiais de dinheiro, moedas sociais;
(d)	entendimento compartilhado do significado das transações dentro do circuito, incluindo a sua valoração moral;
(e)	uma fronteira que separa os membros dos circuitos de não membros, com algum controle sobre as operações que cruzam a fronteira;
(f)	conhecimento mútuo dos participantes.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Zelizer (2011a, p. 303-304).

Esses mercados e circuitos não são um tema recente, o que é novo é o interesse agora dado, pois contrastam com os mercados globais. A concepção de circuitos curtos e mercados de proximidade começou no Japão no ano de 1965, quando um grupo de mulheres preocupadas com o uso massivo de agrotóxicos e com a industrialização fundaram as Teikei. A palavra Teikei, cooperação ou aliança em japonês, designava um

⁴ Assim como outros conceitos, sua utilização depende do contexto e da origem (academia, organizações internacionais, políticas públicas, movimentos sociais).

movimento que associou produtores agrícolas e consumidores. O camponês se comprometia a proporcionar alimentos sem químicos em troca da compra por subscrição da sua colheita, devido à crise que atravessava o Japão.

Essa experiência se difundiu por todo o país e influenciou outras experiências na Suíça (Food Guilds); no Canadá e nos Estados Unidos, desenvolveram-se as CSA (Community Supported Agriculture) ou Comunidades que Sustentam à Agricultura. Na França, algo parecido às CSA se desenvolveu em 2002 e tem tido muita influência em outras experiências: as AMAP (Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne) ou associações para manutenção da agricultura camponesa. Na América Latina, as experiências de circuitos curtos mais representativas são as biofeiras, os mercados ecológicos, orgânicos, como em Cuenca e Loja no Equador, Jalisco e Xalapa no México. Na área compras públicas (mercados institucionais), no Brasil, por lei se estabelece que ao menos 30% das compras públicas para merenda escolar devem ser feitas diretamente à agricultura familiar (CEPAL, 2014).

Algumas dessas experiências têm em comum a relação de longo prazo entre produtores e consumidores (compradores). Segundo Dubuisson-Quellier e Lamine (2008), esses sistemas de subscrição a longo prazo tomam diferentes formas com vários graus de alternatividade e localismo⁵. O princípio desses contratos locais é que os consumidores pagam pelas suas caixas de produtos agrícolas (frutas e legumes, entre outros produtos) antecipadamente, o que permite dividir os riscos entre agricultores e consumidores. Essa é um experiência de responsabilidade e de empoderamento por parte desses atores de mercado. Pela experiência de trabalho em circuitos na América Latina, a CEPAL (2014) apresenta dez tipos de circuitos curtos, como se mostra no quadro 2.

Quadro 2 – Tipos de circuitos curtos na América Latina.

Tipos de circuitos curtos	Exemplos
Venda direta	Cesta, colheitas.
Venda direta em feiras locais	Feiras agroecológicas, orgânicas.
Venda em lojas	Pontos de venda coletivos, restaurantes, comércios.
Venda direta em supermercados	Diferenciação de produtos nos supermercados.

5 Prioriza a produção e o consumo de bens locais.

Entrega em domicílio	Feiras semanais em domicílio.
Venda antecipada	Comunidades de apoio à agricultura.
Venda por correspondência	Internet, outros.
Consumo direto	Agroturismo, turismo comunitário.
Venda ao setor público	Compras públicas, merenda escolar.
Exportação sob normas do comércio justo.	Lojas de comércio justo no exterior.

Fonte: CEPAL (2014).

Os analistas de redes têm se preocupado mais com entender as conexões econômicas e com entender as relações sociais relativamente estáveis mediante um conjunto de ferramentas. Mas os circuitos são pensados para compreender relações sociais instáveis como as dos movimentos sociais. Os circuitos envolvem redes, mais também diversas formas específicas de transações econômicas assim como trabalho relacional. O trabalho relacional postula que em todas as áreas da vida econômica as pessoas estão criando, mantendo, simbolizando e transformando relações sociais significativas (ZELIZER, 2011). Por isso se pensa que os circuitos podem ajudar a entender os mercados agroalimentares locais, pois estes estão estreitamente ligados a movimentos sociais que têm, de certa forma, uma dinâmica instável.

O sistema predominante de distribuição de alimentos atual é o de circuitos longos, caracterizado por ter participação de um alto número de intermediários e uma baixa diversidade nos produtos. Segundo Van der Ploeg (2008), os circuitos longos ou impérios alimentares são compostos de grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que operam cada vez mais em escala global e têm exercido, cada vez mais, um maior controle e apropriação sobre os mercados locais e seus processos. Por isso, os circuitos curtos de comercialização constituem uma alternativa a tais sistemas, articulam a oferta das demandas locais de alimentos e são uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social. Os mercados de proximidade mostram que os mercados podem ser executados de uma maneira diferente do que os anônimos mercados globais e são muitas vezes capazes de resistir a serem tomados por grandes grupos de capital; e sua construção é frequentemente uma resposta aos efeitos sociais negativos de tais mercados (VAN DER PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2012).

Diversos atores têm tido um papel no apoio à criação ou à reestruturação de mercados de proximidade, apoio que depende também do contexto econômico e político

onde esses mercados se encontram. A ausência de autoridades centrais que facilitem acordos entre grupos e comunidades é um fator para que mais pessoas se envolvam em circuitos que enfrentam problemas coletivos, sobretudo aqueles onde a confiança tem um papel central. Problemas de confiança tornam-se mais graves quando as pessoas têm atividades coletivas consequentes de longo prazo. Historicamente, a maioria das pessoas tem resolvido implicitamente tais problemas, restringindo a confiança a quem tem uma interação frequente, mas, quando as relações se tornam mais intermitentes, as pessoas estabelecem essas relações nos circuitos comerciais (ZELIZER, 2011).

Economia Solidária e circuitos no Equador

As organizações sociais no Equador têm se estruturado ao redor de diferentes bandeiras ou temas prioritários, como a economia social e solidária, a agroecologia e a soberania alimentar. E dois movimentos têm se envolvido na construção de mercados de proximidade: o movimento agroecológico e o de economia social e solidária. Os dois surgiram e se fortaleceram em momentos diferentes, mas desde a última década articulam suas atividades para que incidam nas políticas públicas, na construção de espaços de comercialização e no fortalecimento de práticas agroecológicas, comunitárias, de soberania alimentar e que condigam com o incentivo às práticas do bem viver.

A soberania alimentar e a agroecologia são temas discutidos no Equador desde aproximadamente 25 anos atrás. A circulação das ideias e dos conceitos sobre agroecologia por meio de intercâmbios internacionais foi o primeiro passo. Em seguida, os movimentos camponeses e urbanos de agricultores se acercaram dessas discussões e, especificamente desde os anos 2000, já surgiram experiências e iniciativas cujo foco era a comercialização associativa e a agroecologia.

Para se ter uma ideia da economia solidária organizada como setor em nível nacional, pode-se dizer que, do total das iniciativas a ela relacionadas, 37,9% se relacionam com a produção, 10% com a transformação e 35,9% com a comercialização de alimentos. Também podem ser identificados dois atores do governo que exercem um papel mais direto para a construção de mercados e que têm relação com a agroecologia e/ou com a economia social e solidária: o Instituto Nacional de Economia Popular y Solidaria (IEPS) e a Coordenação-Geral de Redes Comerciais do Ministério de Agricultura⁶ (MAGAP). Esta

⁶ As informações da Coordenação-Geral de Redes Comerciais do MAGAP são baseadas nas entrevistas realizadas com Cecilia Ponce e Pablo Izquierdo, em agosto de 2014.

última tem um papel ativo e apoia o fortalecimento dos circuitos alternativos de comercialização das agriculturas camponesas. Nascida em 2010 de um projeto chamado CIALCO (Circuitos Alternativos de Comercialização)⁷, essa Coordenação-Geral reflete uma demanda da nova Constituição (2008) ao mesmo tempo em que responde a algumas das questões relacionadas ao tema da soberania alimentar. Por exemplo, começa a trabalhar eixos que até então não eram prioridade, como o tema da terra, da irrigação e a da comercialização camponesa.

Tabela 1 – Experiências CIALCO.

	Número de experiências	%	Número de produtores	%	Valor das vendas USD (em 2009)	%
Feiras camponesas	87	62	6.365	24	5.301.405	9,9
Cestas de consumidores	13	9	222	1	128.838	0,2
Lojas camponesas	18	13	6.869	26	3.195.134	6,0
Compras públicas	4	3	4.150	16	7.923.991	14,8
Exportação camponesa	19	13	9.014	34	36.902.131	69,0
Total	141	100	26.620	100	53.451.499	100,00

Fonte: Chauveau e Taipe (2012).

Para o ano de 2013, a Coordenação-Geral de Redes Comerciais do MAGAP estava dando ênfase às cestas institucionais para fomentar o consumo dos próprios trabalhadores do ministério, apoiando a Rede de Economia Solidária e Soberania Alimentar do Povo Kayambi (RESSAK), Cayambe, que fazem parte do meSSe. Além das cestas, estavam incentivando as compras públicas para produtos da agricultura familiar camponesa. No mesmo ano de 2013, conformou-se uma instituição que ficou encarregada de realizar as compras públicas e prover alimentos a todas as instituições como escolas, hospitais, presídios, entre outras. Essa instituição é o Instituto de Provisão de Alimentos

⁷ O grupo do projeto CIALCO se encarregou de realizar intercâmbios de experiências com circuitos de comercialização na França, sistematizar as práticas de circuitos no Equador e escrever as linhas de política pública para institucionalizar o tema da comercialização camponesa.

(PROALIMENTOS) que funciona no MAGAP e que tem priorizado a agricultura familiar camponesa.

Além da agricultura familiar camponesa, o enfoque de pequeno produtor para o comércio justo também tem tido sua importância. Uma organização que desde 2003 reúne pequenos produtores principalmente de café, quinoa, cacau e plantas medicinais com esse fim é a Coordenadora Equatoriana de Comércio Justo. A coordenadora está articulada em nível latino-americano com a CLAC (Coordenadora Latino-Americana de Pequenos Produtores de Café). A Coordenação-Geral de Redes Comerciais do MAGAP tem também realizado algumas parcerias com eles. O comércio justo no Equador tem uma estratégia de promover um símbolo de pequeno produtor, algo como certificado de origem, para retomar a proposta inicial do comércio justo com a transformação do consumo e da produção.

Organizações FEPP – Camari e Maquita Cushunchic – MCCH têm se focado mais no comércio justo para exportação, cujo principal destino são os países europeus. Outras organizações e empresas do comércio justo que têm tomado maior importância nestes últimos anos são a Rede de Redes Café Orgânico para exportação – FAPECAFES (café), Ethiquable (café e banana), Jambi Kiwa (ervas aromáticas), Pacari (chocolate), Arazá Equador (vários), Fundación Familia y Mujer Andina (grãos e cereais e seus processados), entre outros.

Em geral, os consumidores nas feiras de produtos agroecológicos não priorizam esse tipo de selos ou certificações, seja do comércio justo, seja de produção orgânica, por exemplo. Nas feiras se prioriza um diálogo intercultural⁸ entre campo e cidade e se vive de maneira mais direta o tema da interculturalidade. Os selos são mais usados em lojas ou pontos fixos de comercialização e em alguns casos de exportação que exigem as ditas certificações. No Equador existe um acordo (Acordo nº 299, de 2013) para regulamentar a produção orgânica, ecológica e biológica, mas esse acordo não contempla a produção agroecológica. Dentro do movimento de agroecologia tanto do Equador como da América Latina, tem se incentivado o uso de Sistemas Participativos de Garantia (SPG), um conjunto de normas, procedimentos e controles técnicos que permitem garantir a qualidade agroecológica dos produtos que se vendem nos mercados, envolvendo a participação de produtores e consumidores.

8 Os termos “intercultural” e “interculturalidade” são utilizados aqui conforme o sentido atribuído pelos atores do meSSe, que entendem que o intercâmbio entre os(as) produtores(as) e consumidores(as) é de caráter intercultural porque os(as) primeiros são majoritariamente indígenas e os demais se dividem entre indígenas e não indígenas.

Por outro lado, existem cerca de 130 feiras⁹ de produtos agroecológicos no Equador, dentro das quais pode se contar também com algumas cestas (*canastas*) organizadas por produtores ou consumidores, dependendo da região. Algumas com o apoio do governo, de ONGs, outras sem apoio, mas com o compromisso dos próprios consumidores e produtores de fazê-las funcionar. A guia de feiras agroecológicas faz parte da campanha de consumo responsável *¡Que rico es!*. Essa campanha se realiza em nível nacional e é uma parceria entre quarenta e três das principais organizações do Equador que trabalham pela soberania alimentar. Entre essas estão o Coletivo Agroecológico do Equador, meSSe, Slow Food, Feira La Carolina (Quito), Utopia, Minga por la Pachamama, El Poder del Cucharón, Fundação Sedal, Rede de produtores BioVida de Cayambe e Programa de rádio *Mama Cuchara*, entre outras.

Feiras, lojas, cestas básicas e outras modalidades de comercialização têm sido caracterizadas como circuitos curtos pelo estudo de Agrônomos e Veterinários sem Fronteiras, tal como se mostra no quadro 3.

Quadro 3 – Tipos de circuitos curtos no Equador.

Tipo de circuito curto	Descrição
Feiras agroecológicas e solidárias	São espaços onde produtores vendem seus produtos por meio de um trabalho associativo e comunitário.
Lojas camponesas	São espaços para a venda e a comercialização de produtos de associações ou cooperativas de produção e são, na sua maioria, administradas pelos dirigentes das organizações ou técnicos administrativos. Nelas se mantêm os princípios de margens de uma negociação justa e com uma visão do comércio solidário.
Cestas comunitárias	É uma organização popular urbana de consumidores, principalmente dos setores populares do país. Nelas, as famílias se organizam para comprar produtos frescos, mais baratos e em volumes que se repartem nas cestas equitativamente.

⁹ Estas 128 feiras identificadas fazem parte de uma publicação de 2013 da campanha *¡Qué rico es!*. Foi publicada com o apoio de algumas organizações, como Ayuda em Acción, Fundación Intercultural NOR SUID, Agencia de Cooperación Española, Agrônomos e Veterinários sem Fronteiras, União Europeia e Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio (FEPP).

Compras públicas ¹⁰	Por meio das compras públicas, as organizações de pequenos produtores ofertam seus produtos ao Estado, especialmente para os programas alimentares onde se têm uma demanda de produtos básicos e de primeira necessidade, como escolas, restaurantes comunitários.
Exportação associativa	As organizações de pequenos produtores com volumes importantes de produção procuram fazer alianças com outros países em mercados de comércio justo. Para acessar esse tipo de mercados, as organizações camponesas precisam da certificação que garante cumprimento obrigatório de certos parâmetros e requisitos.

Fonte: AVSF, 2012.

Por outro lado, organizações da sociedade civil têm tido seu papel na construção social de mercados e no seguimento e na incidência das políticas públicas para a agroecologia, a soberania alimentar e a economia social e solidária. Um importante ator do movimento agroecológico é o Coletivo Agroecológico, já mencionado. O Coletivo é um espaço de articulação e coordenação que desde 2008 reúne a múltiplas redes, organizações, associações e grupos de agricultores e consumidores que trabalham pela agroecologia e pela soberania alimentar. Eles realizam campanhas de promoção e sensibilização e têm alguns eixos estratégicos de trabalhos como circuitos econômicos comerciais, agrobiodiversidade livre de transgênicos, consumo agroecológico, formação – educomunicação e incidência política. O meSSe é outra das principais organizações que trabalham com esses temas como bandeiras.

O Movimento de Economia Social e Solidária do Equador - meSSe

O meSSe se define como um coletivo de presença nacional que articula, compartilha e fortalece as iniciativas de atores, práticas e experiências da economia solidária, respeito à natureza e ao ser humano. Promove e constrói diálogos, conhecimentos e saberes mediante os aprendizados comunitários. Gera, difunde e posiciona propostas em nível local, nacional, regional e global para transformar a sociedade. O movimento se estruturou desde o início de 2007 ante a necessidade de espaço

¹⁰ Em 2013 se criou uma instituição vinculada ao Ministério da Agricultura encarregada de realizar as compras públicas e prover alimento para instituições como escolas, hospitais, prisões, entre outros. É o Instituto de Provisão de Alimentos (Proalimentos) e prioriza a agricultura familiar camponesa. A experiência foi inspirada no PAA do Brasil.

de encontro e articulação de experiências, projetos, práticas e processos urbanos e rurais que realizam atividades vinculadas à economia popular, comunitária, solidária, entre outros, e que em conjunto reconheceram a importância da articulação para a construção de novas formas de vida ou de um novo modelo de desenvolvimento (AGUILAR, 2015).

O meSSe hoje é resultado da junção de quase 200 organizações que realizaram uma ação coletiva para incidir na reforma constitucional no ano de 2008. Ele nasce liderado por organizações relativamente fortes no Equador, como Maquita Cuschinchic (MCCH) e Fondo Ecuatoriano Populorum Progreso (FEPP) e outras organizações que queriam, além da incidência política, articular as práticas de economia solidaria no país. Segundo Andino (2013), mais de 2.500 organizações de 15 províncias do Equador têm se articulado em algum momento com o meSSe.

Atualmente, a rede meSSe está organizada em três zonas – norte, centro e sul – do Equador e, como se pode ver no quadro 10, está composto por organizações não só de produção agroalimentares, mas também de criação de animais pequenos como o *cuy*¹¹, artesanato, feira de trocas, turismo comunitário, cooperativas de habitação, cooperativas de profissionais da comunicação, entre outras experiências. É importante destacar que a maior participação é de mulheres, sobretudo, indígenas camponesas. Além disso, a maior parte das organizações está localizada na serra¹² que é a parte andina do país e é também onde está a maior parte da população indígena (as principais etnias equatorianas da serra são *kichwas* e *shuar*).

Cada zona tem seus dinamizadores e articuladores que por sua vez fazem parte das organizações de produção, comercialização ou das organizações de apoio, como ONGs locais. O movimento tem uma assembleia nacional que ocorre anualmente. Trata-se de um espaço de encontro e celebração que reúne todas as organizações. O Conselho Nacional do meSSe também se reúne anualmente e é o espaço de tomada de decisões. Nele participam os dinamizadores (que são 80 em nível nacional) e se definem as ações estratégicas, além de escolherem os integrantes da Comissão Executiva. A Comissão está formada por 15 pessoas das três zonas do país; elas executam as ações do Conselho Nacional e se reúnem a cada três meses. Além desses espaços, existem outros que são mais específicos e que atuam

11 O *cuy* é um roedor, sua carne faz parte da comida típica dos andes equatorianos, especialmente nas comunidades indígenas.

12 Por exemplo, na Guia de Feiras Agroecológicas de 2013, das 128 feiras mapeadas, 108 estão localizadas na serra, 9 na região costeira e 9 na região da Amazônia.

diariamente, como as comissões de interaprendizagem, de gestão, de comunicação, de práticas solidárias e de incidência política.

Recentemente, o meSSe definiu uma agenda política estruturada nas principais linhas de ação que integram as atividades do movimento que são a soberania alimentar, os intercâmbios solidários, o consumo solidário e responsável, as finanças populares e solidárias, a economia do cuidado e o turismo comunitário e solidário. Para cada linha de ação, estabeleceram-se propostas e atividades mais concretas, além de definirem-se quais são os princípios¹³ que orientam sua ação.

Por outro lado, para falar das articulações e das parcerias que o meSSe tem feito, podem ser mencionados desde organizações agroecológicas nacionais, passando pelos atores de governo (IEPS, MIES e MAGAP), até a cooperação internacional. As parcerias mais importantes têm sido com o Coletivo Agroecológico, o Servicio Paz y Justicia del Ecuador (Serpaj), o MAGAP, organizações não governamentais como a Corporación Ecuatoriana de Agricultores Biológicos (Probio), o Swiss Aid, a União Europeia, a VECO, a AVINA, o Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional HEGOA do País Vasco, entre outras. Essas organizações têm um papel no fortalecimento do meSSe como um espaço nacional e como ferramenta para difusão das experiências que fazem parte do movimento. A articulação com outros movimentos sociais também faz parte da agenda do meSSe. Em algumas regiões, quando os atores do meSSe falam do movimento de economia solidária e do movimento agroecológico, parecem se referir à mesma coisa, porque os dinamizadores e as lideranças são os mesmos, afinal, o meSSe surge da interseção de vários movimentos.

Por outro lado, entre as articulações das quais o meSSe faz parte está a campanha de consumo responsável *¡Que rico es!*. O consumo é um tema central dentro do movimento. A preocupação com o consumo de alimentos saudáveis sem agrotóxicos tem crescido nos últimos cinco anos entre os consumidores. Entre os produtores, a narrativa se organiza em torno da preocupação com a soberania alimentar, com os direitos ambientais, sociais e econômicos e com o modelo de desenvolvimento em si. Em algumas feiras, são usados os sistemas participativos de garantia, mas não são prioridade, pois nas feiras os

13 Na última agenda política do meSSe se definiram os princípios de distribuição e redistribuição, reciprocidade, complementariedade, respeito à natureza, associatividade, democracia e participação, autonomia, autogestão, diálogo de saberes, valorização do trabalho, honestidade e interculturalidade. Para ver mais: <http://www.messe.ec/2016/05/agenda-politica-del-messe.html>.

atores trabalham mais na base das relações de confiança com os consumidores. Muitos produtores participam dos sistemas, independentemente de procurar ter o selo ou não¹⁴.

As feiras são consideradas pelo meSSe espaços para a vida, porque se cuida da saúde tanto dos produtores como dos consumidores, por meio da produção agroecológica. Além disso, são espaços culturais onde se resgatam saberes e conhecimentos ancestrais, também são espaços de capacitação e aprendizagem, nos quais se intercambiam experiências, conhecimentos e técnicas de outras organizações e pessoas envolvidas nos processos solidários¹⁵.

Circuitos Econômicos Solidários Interculturais do meSSe.

Desde 2010, o meSSe organiza os Circuitos Econômicos Solidários Interculturais. Esses são espaços de articulação das práticas e dos atores da economia solidária relacionados com a produção saudável, as finanças solidárias, o comércio justo, o consumo responsável, o turismo comunitário e a saúde ancestral. São todos princípios da economia solidária a partir dos quais os atores dos circuitos decidem se articular para satisfazer necessidades fundamentais do ser humano e construir uma sociedade de cultura de paz.

O meSSe adota os circuitos curtos como uma forma de distribuição que, além de aproximar produtores e consumidores, incorpora elementos de interculturalidade; fala-se de Circuitos Econômicos Solidários Interculturais. Esses circuitos são uma proposta metodológica e política que está em construção. Intentam reunir todos os atores da economia solidária no espaço da comercialização, não somente físico, mas também de rede. Há um envolvimento desde o produtor até o consumidor, passando por não somente quem produz, mas também pelos que prestam serviços ou trabalham com educação, finanças, etc.¹⁶ Para Silva Urbina (2013), os Circuitos Econômicos Locais Solidários (CELS) são um conjunto integrado de unidades socioeconômicas que se aderem a critérios da economia solidária e têm vínculos sociais, políticos e culturais com um território.

O meSSe tem trabalhado para entender melhor seus Circuitos Econômicos Solidários e seu impacto nos grupos e na organização do movimento. Exemplo disso foi a sistematização e a análise de experiências de circuitos que realizadas durante dois anos

14 De acordo a entrevista com Pablo Izquierdo do MAGAP em ago. 2014.

15 De acordo com a entrevista com Emma Illescas, da REDESOL Cuenca, em 31 ago. 2014. Cuenca, Equador. Essa organização faz parte do meSSe.

16 Esta definição de circuito foi dada por Jhonny Jimenez, que faz parte do meSSe e da organização SERPAJ. Entrevista em 24 ag. 2014, Quito, Equador.

com um grupo de apoiadores e no marco de um projeto de cooperação internacional. Essa pesquisa, coordenada por Vazquez e Jimenez (2013), teve três afirmações feitas pelo próprio movimento que colocam primeiro as práticas de economia solidária como um patrimônio cultural dos povos. Por sua vez, o patrimônio cultural mobiliza nos territórios formas endógenas de desenvolvimento e, finalmente, a construção de circuitos está diretamente relacionada com o processo de empoderamento coletivo, pois consegue uma articulação e olhar crítico com o entorno.

Como parte da pesquisa coordenada por Vazquez e Jimenez (2013), Silva Urbina (2013) apresenta uma análise de algumas experiências de circuitos no interior do meSSe em que foram consideradas quatro categorias de circuitos, dependendo da identificação que as experiências têm com determinadas questões como a identidade histórica cultural, a atividade econômica, o contexto urbano ou o pertencimento a instituições e organizações de economia solidária. Esses circuitos no interior do meSSe poderiam ser resumidos como mostra o quadro 4.

Quadro 4– Tipos de circuitos no meSSe.

Tipo de circuito	Descrição	Exemplos
Identidade cultural histórica	Refere-se aos circuitos cuja identificação acontece com povos em territórios concretos que compartilham ideias, valores, e os saberes são resultado da relação da comunidade com seu entorno.	Feiras de troca, turismo comunitário, medicina tradicional, produtores agroalimentares.
Identidade associada à empresa solidária	São experiências socioeconômicas como cooperativas, oficinas ou empreendimentos onde se utilizam ferramentas de gestão empresarial e, às vezes, de exportação.	Lojas e pontos fixos de venda, cooperativas.
Identidade urbana	Experiências que nasceram no espaço urbano, vêm de lutas urbanas ou sindicais. Têm gerado um discurso de resistência ao modelo econômico hegemônico.	Cooperativas habitacionais, cestas solidárias e aqueles empreendimentos de encontro campo-cidade.
Identidade com instituições e organizações da economia solidária	São os casos de organizações da sociedade civil que desenvolvem um trabalho de	Fundações, ONGs que apoiam as associações de indígenas,

	acompanhamento, capacitação, reflexão, com o objetivo de trabalhar de maneira transversal os princípios da economia solidária.	camponeses e afro-equatorianos.
--	--	---------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva Urbina (2013).

Como exemplo de organizações que trabalham como circuito econômico solidário, com uma identidade urbana, é apresentada, a seguir, a experiência das Canastas de Utopia¹⁷ de Riobamba (na região do Chimborazo), na serra central do Equador. Esse é uns dos grupos de consumidores pioneiros em organizar suas compras de alimentos agroecológicos. Surgiu em 1987, na periferia da cidade, como alternativa ao acesso à comida a um menor custo e para a diversificação da dieta alimentar, animado pela Teologia da Libertação¹⁸. No começo, foram 25 famílias e, atualmente, são aproximadamente 100 famílias que o integram.

Canasta Utopia faz parte do meSSe e tem comprovado que o custo da cesta como é vendida, por 10 dólares, pode chegar a custar no mercado convencional até 18,5 dólares; ou seja, um incremento de até 85% do valor real. No princípio, o grupo tentou obter acesso a alimentos a baixos custos e organizar o consumo do bairro. Nos primeiros anos, deixou de comprar alimentos no mercado convencional para comprar diretamente dos produtores agroecológicos. Comunidades indígenas camponesas começaram a entregar os alimentos, a cada sábado, à organização da Canasta. Progressivamente, passaram a participar com os consumidores em atividades que promoviam a alimentação saudável, a soberania alimentar, a qual provê uma educação para o consumo para a população jovem da comunidade.

A Canasta Utopia acontece aos sábados, quinzenalmente. Dias antes, 18 pessoas voluntárias reúnem o dinheiro para comprar os produtos da cesta (10 dólares) e, com esse dinheiro, compram-se 25 itens para cada família e se embalam as cestas; 40% dos produtos vêm diretamente de grupos de camponeses e 60% provêm do mercado de atacado e da feira cidadã. A Canasta Comunitária já se realiza há 27 anos, e a sua experiência tem se

¹⁷ Informações baseadas nas entrevistas em profundidade feitas com Lupe Ruíz e Cecilia Yungan da Canastas Utopia. Entrevistas realizadas 5-6 set. 2014.

¹⁸ É um movimento teológico cristão nascido na América Latina nos anos 1960 que considerando que o Evangelho deve trabalhar para os pobres e para os desafios do povo.

multiplicado em outras cidades do Equador, desde o ano 2000 que teve mais força. Cidades do país como Otavalo, Guayaquil, Cuenca, Machala, Santo Domingo, Quito e Ibarra têm adotado seu modelo.

Segundo Ruiz (2009), as Canastas surgiram de forma espontânea, com base em princípios religiosos e humanos, como fé, solidariedade e busca de bem-estar e otimização dos recursos econômicos. Para esses grupos, é uma inovação organizativa para enfrentar o sistema convencional de consumo e o sistema de comercialização. Atualmente, as Canastas conformam uma rede nacional formalizada como Rede Terra e Canasta, numa convenção celebrada em abril de 2008. Esse movimento das Canastas teve sua origem na necessidade, o que quer dizer que as Canastas comunitárias proporcionam minimamente uma rede de seguridade para as populações marginalizadas (KIRWAN, 2008).

Participantes da Canasta Utopia elaboraram um circuito considerando os componentes e as etapas do processo econômico e excluindo do desenho aquelas etapas que não estão dentro do setor solidário. Segundo Silva Urbina (2013), o circuito tem ativado todo o processo que permite operações relativamente sustentáveis. Eles têm alianças com redes consolidadas do setor da economia solidária, além da capacidade de gestão. Assim, o circuito da Canasta Utopia promove o modelo econômico solidário e é parte de processos que vão além do econômico. A figura 1 mostra um circuito da Canasta Utopia.

Figura 1 – Circuito econômico solidário – Canasta Utopia.



Fonte: Silva Urbina (2013, p. 103).

Esse circuito apresenta os atores e as relações entre eles para que as atividades econômicas aconteçam. Como foi dito antes, a Canasta Utopia está dentro do território Chimborazo e nele atua a organização promotora da *canasta* a qual por sua vez, gera uma organização de consumidores organizados que realizam o contato com os produtores. Ali acontece um espaço para o intercâmbio tanto no momento em que os consumidores compram diretamente dos produtores para a posterior organização da *canasta* quanto quando os produtores entregam diretamente à organização promotora nos dias da cesta. Utopia também faz parte de circuitos e redes maiores, como, por exemplo, a Rede Mar Tierra y Canasta, onde se integram a outras experiências em nível nacional e retroalimentam suas atividades. O exemplo de Utopia serve para visualizar e entender como o mercado de cestas acontece especificamente nesse território do Chimborazo. E inúmeras experiências como essa acontecem no Equador dentro do meSSe.

Reflexões finais

Como Zelizer (2011) explica, circuitos parecem operar de forma mais eficaz quando os participantes já compartilharam alguns laços de parentesco, proximidade, etnia, religião ou alguma atividade econômica comum. A organização em circuitos tem sido para o meSSe uma forma de organizar seu trabalho, suas atividades como movimento de economia solidária no nível nacional, mas também como estratégia para fortalecer os laços entre a comunidade. O exemplo da canasta utopia, que integra produtores e consumidores, é uma mostra de uma experiência que vincula práticas de organização de produtores indígenas e camponeses com práticas de organização de consumidores da periferia da região do Chimborazo, no Equador.

Em iniciativas como a Canasta Utopia, os consumidores passaram do tipo que delega a consumidores do tipo empoderado. No começo, eles compravam da produção local mais barata, como o Ceasa, somente, sem se preocupar que fossem produtos com agrotóxicos. Com o tempo, esses mesmos consumidores começaram a se preocupar sobre quem produzia e como os alimentos eram produzidos e a construir relações mais fortes com outros atores dos mercados, como os produtores rurais. Eles mudaram suas prioridades e promoveram a produção agroecológica, a economia solidária e os circuitos interculturais e incentivaram a proximidade entre produtores e consumidores do campo e

das cidades. A organização em circuitos de comércio é uma estratégia utilizada para a sobrevivência nesses espaços, e mais que sobrevivência, para a consolidação de dinâmicas próprias de intercâmbio. Relações de solidariedade e reciprocidade também são indispensáveis e imprimem uma identidade às dinâmicas próprias das economias locais camponesas e indígenas.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Katiuska (Sist.). Agenda Política del meSSe. 2015. Disponível em: <<http://www.economiasolidaria.org/files/Agenda%20Pol%C3%ADtica%20MESSE%20final.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CASTILLA CARRASCAL, Ivette Tatiana. *A construção do mercado solidário brasileiro: contribuições das redes de economia solidária*. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

_____. *Movimentos sociais na construção social de mercados: uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador*. 2017. 192 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Agricultura familiar y circuitos cortos*. Nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2014. (Serie Seminarios y Conferencias 77).

CHAUVEAU, Christophe; TAIPE, Diana. *Circuitos Alternativos de Comercialización: estrategias de la agricultura familiar y campesina (inventario, impacto, propuesta)*. Quito: Coordinación General de Redes Comerciales, Ministério de Agricultura, Ganadería, Acuacultura y Pesca e AVSF Ecuador, 2012. Disponível em: <<http://www.avsf.org/public/posts/1561/libro-cialco-digital.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

DUBUISSON-QUELLIER, S.; LAMINE, C. Consumer involvement in fair trade and local food systems: delegation and empowerment regimes. *GeoJournal*, v. 73, n. 1, p. 55-65, 2008.

GAZOLLA, M; PELEGRINI, G. A construção social dos mercados pelos agricultores familiares: o caso das agroindústrias familiares. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48. *Anais*. Campo Grande (MS), 2010.

KIRWAN, Emma. La canasta comunitaria: una plataforma urbano-rural para la seguridad alimentaria. *LEISA, Revista de Agroecología*, p. 26-29, dic. 2008.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, n. 15, p. 199-224, out. 2009.

SCHILLER-MERKENS, S. Framing moral markets: the cultural legacy of social movements in an emerging market category. Köln: MPIfG, 2013. Disponível em: <http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp13-8.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

SILVA URBINA, Gonzalo. Circuitos económicos solidarios y puesta en valor del patrimonio cultural. In: VAZQUEZ, Lola; JIMENEZ, Jhonny (Coords.). *Economía solidaria: patrimonio cultural de los pueblos*. 2. ed. Quito: ABYA YALA, Universidad

Politécnica Salesiana. Quito, 2013. p. 56-114. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/economia_solidaria_patrimonio_cultural.pdf>. 20 jun. 2016

STIGLITZ, Joseph. *Comércio justo para todos*. Buenos Aires: Alfaguara, 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

_____, JINGZHONG, Ye; SCHNEIDER, Sergio. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *The Journal of Peasant Studies*, 39, p. 133-173, 2012.

VAZQUEZ, Lola; JIMENEZ, Jhonny. Introducción. In: _____; _____. *Economia solidaria: patrimonio cultural de los pueblos*. 2. ed. Quito: ABYA YALA, Universidad Politécnica Salesiana. Quito, 2013. p. 12-17. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/economia_solidaria_patrimonio_cultural.pdf>. 12 ago. 2016.

WEBER, K.; HEINZE, K. L.; DESOUCHEY, M. Forage for thought: mobilizing codes in the movement for grass-fed meat and dairy products. *Administrative science quarterly – ASQ*, vol. 53, n. 3, p. 529-567, 2008.

WILKINSON, J. Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e o funcionamento dos mercados. *Ensaio FEE*, 2002.

_____. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

ZELIZER, Viviana. *Economic lives: how culture shapes the economy*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2011.

_____. How I became a relational economic sociologist and what does that mean? *Working Paper Series*, Center for the Study of Social Organization, Princeton University, 5, June 2011a. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/csso/working-papers/WP5.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.